

Contratos por tempo determinado e reeleição de prefeitos: vale a pena tornar regra a exceção?

Wanderson do Nascimento Pereira¹, João Eudes Bezerra Filho², Arilda Teixeira³, Diego Rodrigues Boente⁴

^{1, 2, 3, 4} Fucape Business School, Vitória, Espírito Santo, Brasil



¹wanderson.pereira@ifma.edu.br

²joao@fucpe.br

³arilda@fucpe.br

⁴diegorodrigues@fucpe.br

Editado por:

Henrique Portulhak

Resumo

Objetivo: Analisar em que medida os gastos com pessoal, realizados por meio de contratos temporários, associam-se às chances de reeleição dos prefeitos brasileiros.

Método: Aplicou-se a técnica de regressão logística para identificar a presença de ciclos políticos oportunistas. O período de análise foi de 2013 a 2020, abrangendo dois ciclos de eleições municipais no Brasil (2013-2016 e 2017-2020).

Resultados ou Discussão: Os resultados indicam que municípios com maiores percentuais de contratos por tempo determinado apresentam maior probabilidade estimada de reeleição do prefeito. Além disso, pertencer ao partido do governador ou ao partido do presidente está associado a uma maior probabilidade de o prefeito se reeleger. Os resultados são compatíveis com a hipótese de comportamento oportunista, na medida em que uma maior utilização de contratos temporários se correlaciona com melhor desempenho eleitoral em anos de disputa.

Contribuições: Contribui para o aprofundamento das discussões sobre ciclos políticos oportunistas, ao revelar padrões e estratégias associadas ao processo eleitoral utilizadas por gestores para influenciar eleições. Além disso, fornece evidências empíricas que podem orientar órgãos de controle na criação de mecanismos para detectar e prevenir práticas oportunistas, como contratações temporárias com fins eleitorais.

Palavras-chave: Ciclos políticos; Contratos por tempo determinado; Reeleição municipal; Municípios brasileiros.

Como Citar:

Pereira, W. do N., Bezerra Filho, J. E., Teixeira, A., & Boente, D. R. (2026). Contratos por tempo determinado e reeleição de prefeitos: vale a pena tornar regra a exceção? *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 19(1), 019–033/034 <https://doi.org/10.14392/asaa.2026190102>

Submetido em: 19 de Julho de 2024
Revisões Requeridas em: 07 de Março de 2025
Aceito em: 07 de Janeiro de 2026

Introdução

A Teoria dos Ciclos Políticos de Downs (1957) aponta que gestores públicos não adotam políticas econômicas visando exclusivamente o bem-estar social, mas que, atrelado à função social, há também o interesse particular de permanência no poder por parte do gestor público (Dias et al., 2018).

As pesquisas apontam para uma realidade em que a presença de ciclos políticos tem sido mais acentuada em países em desenvolvimento e tendem a ser mais recompensados do que punidos (Lewis et al., 2020). Esse fenômeno é frequentemente atribuído a uma série de fatores complexos que permeiam as dinâmicas políticas e socioeconômicas dessas nações em crescimento. Entre esses fatores, destacam-se questões como a vulnerabilidade socioeconômica da população (Bezerra Filho & Gondinho, 2021; Lewis et al., 2020), a falta de instituições consolidadas (Morais et al., 2019; Moraes, 2016) e a influência de interesses particulares sobre o processo político (Santos, 2020).

Essa teoria leva em consideração o fato de decisões de políticas econômicas, adotadas por gestores públicos, serem influenciadas por questões de cunho pessoal, que envolvem diretamente a busca por permanência no poder e comprometem a eficiência da gestão na aplicação de Políticas Públicas (Puchale, 2019).

Por exemplo, a principal forma de ingresso no serviço público é o concurso público. Entretanto, algumas exceções são permitidas, entre elas, a contratação por tempo determinado. Nos municípios, a exceção a essa regra tem se tornado cada vez mais frequente, instituindo-se uma forma legal de burlar a legislação e favorecer o clientelismo político (Rodrigues & Vilas Boas, 2019).

Embora haja estudos que apontem os fatores que influenciam a reeleição de políticos gestores (Bezerra Filho & Gondinho, 2021; Lewis et al., 2020), poucas pesquisas abordam os gastos com pessoal desses gestores, contratados por tempo determinado, e suas influências na reeleição de prefeitos.

Entre os gastos municipais, as despesas com pessoal são as que absorvem a maior parte dos recursos orçamentários (Morais et al., 2019). Para Bandeira, Britto e Serrano (2018), os gastos com pessoal e os consequentes encargos são os responsáveis pelo crescimento das despesas públicas continuadas.

Um aspecto crucial que demanda atenção no monitoramento das despesas relacionadas ao quadro de pessoal é a complexa composição da folha salarial dos servidores públicos. Não se restringindo apenas aos servidores de carreira estatutária (efetivos), esta inclui também

a alocação de cargos de confiança (comissionados) e uma significativa proporção de contratos temporários.

Essa diversificação, embora possa ser justificada em determinadas circunstâncias, suscita indagações pertinentes acerca da eficácia, necessidade e transparência dessas contratações. Tais questionamentos não apenas evidenciam a importância de uma análise criteriosa, mas também destacam a urgência de medidas que visem assegurar a integridade e a eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à mão de obra (Rodrigues & Vilas Boas, 2019).

Segundo Lima et al. (2024), a Lei de Responsabilidade Fiscal institui limites explícitos para as despesas com pessoal como mecanismos centrais de controle dos gastos públicos. Esses autores destacam que os limites de endividamento e de gastos com pessoal são destaques da LRF para controlar os gastos públicos, evidenciando a relevância desse controle fiscal. Em outras palavras, o cumprimento dos limites legais sobre gastos com pessoal é fundamental para manter o equilíbrio fiscal e evitar o desequilíbrio das contas públicas no Brasil. Cioso dizer que práticas oportunistas na gestão pública de países subdesenvolvidos, como o Brasil, são recorrentes; Bezerra Filho e Gondinho (2021) relacionaram a probabilidade de reeleição de prefeitos com a gestão da alimentação escolar. Constataram relação diretamente proporcional entre o acesso à alimentação escolar pelos estudantes e a vitória do candidato à eleição da região.

Morais (2019) identificou evidências de ciclos político-orçamentários que se manifestam em elevações dos gastos com pessoal em anos eleitorais. De maneira similar, Rodrigues e Rodrigues (2019) constataram que o aumento de despesas com contratações temporárias (pessoas físicas) em períodos eleitorais pré-releição amplia as chances de reeleição dos gestores públicos. Tais estudos corroboram a hipótese de que prefeitos expandem rapidamente a máquina administrativa antes das eleições para conquistar votos.

Em contrapartida, França (2019) concentrou-se em 194 municípios maranhenses (até 50 mil habitantes) no período 2004–2017, analisando exclusivamente os gastos temporários com pessoal. Neste trabalho, a contratação temporária foi tratada como variável dependente e a reeleição como variável explicativa, evidenciando que, nos anos eleitorais, há aumento significativo nos gastos com contratos temporários. Contudo, o enfoque do citado autor foi essencialmente descritivo e restrito a um único estado, sem avaliar diretamente o impacto desses gastos sobre a probabilidade de reeleição. Além disso, o estudo registrou que alguns municípios não forneceram dados comple-

tos, apontando limitações na abrangência da amostra.

Este estudo preencheu essa lacuna metodológica, ampliando o escopo para todo o território nacional e invertendo a lógica explicativa. Diferentemente de França (2019), que investigou o efeito da reeleição sobre as despesas, buscamos avaliar em que medida os gastos temporários com pessoal estão associados às chances de reeleição dos prefeitos. Para tanto, empregamos regressão logística considerando apenas prefeitos incumbentes candidatos à reeleição (conforme prevê a teoria dos ciclos políticos). Além das despesas temporárias, incorporamos controles adicionais – partido do governador estadual e do presidente da República, investimentos em obras públicas e transferências constitucionais recebidas – com o objetivo de isolar o impacto eleitoral das contratações temporárias.

Diante do cenário descrito, esta pesquisa teve como objetivo analisar em que medida os gastos com pessoal, realizados por meio de contratos temporários, estão associados às chances de reeleição dos prefeitos brasileiros.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os efeitos político-eleitorais dos gastos com pessoal, em especial aqueles realizados por meio de contratos temporários, no contexto da administração pública municipal brasileira. A investigação ganha relevância ao considerar as restrições legais impostas pela legislação eleitoral aos dois últimos quadrimestres do ano do pleito, período em que tais contratações são vedadas, salvo nos casos em que haja comprovada essencialidade e urgência do serviço público.

A investigação teve como referencial teórico a Teoria dos Ciclos Políticos, e seu objeto empírico compreendeu os casos de reeleição de prefeitos filiados ao mesmo partido do Governador e do Presidente da República.

Os dados da pesquisa foram estimados por regressão logística, escolhida por ser mais apropriada para estimar a relação entre uma variável dependente binária e variáveis independentes. O período estudado foi de 2013 a 2020, porque permitiu que se trabalhasse com dois ciclos completos de eleições municipais no Brasil – 2013-2016 e 2017-2020. Essa delimitação temporal foi essencial para captar as variações nos padrões de gastos e nas dinâmicas eleitorais de dois mandatos consecutivos.

Diferentemente de abordagens que partem da premissa de comportamento oportunista dos governantes, este estudo adota perspectiva analítica, examinando cautelosamente se padrões de contratação temporária se associam a resultados eleitorais. Nesse sentido, aprofunda a teoria dos ciclos políticos ao considerar as contratações por tempo determinado como variável de interesse na literatura de ciência política e administração pública. Isso amplia o

entendimento sobre como decisões administrativas específicas – em particular a composição da folha de pagamento – podem refletir ou influenciar dinâmicas eleitorais, sem assumir tal relação como garantida de antemão.

Empiricamente, o trabalho oferece contribuição robusta por meio de uma análise quantitativa inédita em escala nacional. A utilização de regressão logística sobre um painel de dados de municípios brasileiros (período 2013–2020) permite identificar evidências estatísticas relevantes.

Os resultados mostram que, controlando-se por fatores contextuais e institucionais, municípios com percentuais mais elevados de servidores contratados temporariamente apresentam chances de reeleição distintas. Além disso, o modelo incorpora variáveis de alinhamento político (como pertença ao mesmo partido do governador estadual ou do presidente da República), revelando que tais alianças partidárias também estão associadas a probabilidades de vitória eleitoral. Esses achados empíricos, apresentados com rigor metodológico, enriquecem o debate acadêmico ao evidenciar correlações consistentes entre padrão de contratações temporárias e desempenho eleitoral.

Por fim, a pesquisa oferece achados empíricos que podem subsidiar os órgãos de controle e fiscalização — interno, externo e social — na criação de mecanismos eficazes para detectar e/ou prevenir práticas oportunistas na gestão pública, especialmente no que se refere ao uso deliberado de contratações temporárias por tempo determinado.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria dos Ciclos Políticos

A Teoria dos Ciclos Políticos busca compreender como os governantes ajustam suas políticas econômicas e decisões administrativas de acordo com o calendário eleitoral, em especial com o objetivo de maximizar votos e aumentar suas chances de permanecer no poder. Essa teoria é composta por diferentes correntes, entre as quais se destacam a clássica e a racional, cada uma com suas subdivisões.

A corrente clássica pode ser dividida em dois ramos principais: a vertente oportunista, que assume que os políticos agem unicamente para se manter no poder, independentemente da ideologia, e a partidária, que considera que os partidos ajustam as políticas públicas conforme suas orientações ideológicas, ainda que também tenham interesse em manter-se no governo (Alesina et al., 1992; Drazen & Eslava, 2010). Este estudo está ancorado na vertente clássica oportunista, que pressupõe que os governantes manipulam variáveis econômicas e orçamentárias — como gastos públicos com contratações temporárias de pessoal — para criar uma imagem positiva de sua

gestão e, assim, aumentar suas chances de reeleição.

Downs (1957) foi um dos primeiros autores a sugerir que os partidos políticos, em regimes democráticos, são movidos pela lógica da maximização de votos. Para ele, decisões políticas muitas vezes são influenciadas por informações enviesadas e por interesses eleitorais. A proposta foi expandida por Nordhaus (1975), que apresentou o primeiro modelo formal da Teoria dos Ciclos Políticos Oportunistas. Em sua abordagem, os gestores públicos, atentos ao ciclo eleitoral, manipulam variáveis econômicas — como inflação e desemprego — explorando o trade-off estimado pela Curva de Phillips. A ideia central é que, ao aceitarem um aumento controlado da inflação no curto prazo, os governantes poderiam reduzir o desemprego em período pré-eleitoral, criando uma percepção de melhora econômica e, assim, influenciar positivamente o comportamento do eleitorado.

Complementando essa abordagem, Rogoff (1990) e Rogoff e Sibert (1988) desenvolveram modelos em que os eleitores têm informações imperfeitas sobre a competência do governo, o que abre espaço para que os políticos manipulem indicadores fiscais ou econômicos visíveis, como gastos públicos e contratações, com fins eleitorais. Nesse sentido, Brender e Drazen (2005) identificaram que, especialmente em democracias emergentes, essas manipulações tendem a ser recompensadas pelos eleitores, o que reforça o comportamento oportunista dos gestores.

Estudos mais recentes corroboram essas conclusões. Lewis et al. (2020) verificaram que, em democracias recentes, a prática de ampliar gastos públicos em períodos eleitorais tende a ser premiada, não punida. Sidorkin e Vorobyev (2018), por sua vez, constataram que os ciclos das políticas fiscais e dos gastos públicos são mais evidentes em países em desenvolvimento, onde os eleitores frequentemente recompensam esse tipo de comportamento.

No contexto brasileiro, Santos et al. (2021) encontraram evidências de aumento de gastos em áreas sensíveis à população, como educação, saúde e investimentos, nos anos eleitorais em municípios de Minas Gerais. Bartoluzzio e Anjos (2020) reforçam esse achado ao argumentar que o aumento de investimentos com forte apelo visual ou com impacto direto no cotidiano do cidadão tende a influenciar significativamente os resultados eleitorais. Em nível internacional, Maličká e Mourão (2023) também observaram, mesmo em países desenvolvidos, o aumento da receita e da despesa municipal em períodos eleitorais. Cahan (2019), ao analisar o setor público nos EUA, identificou que o comportamento do emprego público muda em anos de eleições para governador, o que revela a existência de ciclos políticos nesse contexto.

Assim, a literatura evidencia que os ciclos políticos refletem comportamentos oportunistas dos gestores públicos que manipulam variáveis fiscais, econômicas e administrativas com o intuito de prolongar sua permanência no poder (Machado et al., 2022). Esse conjunto de práticas inclui, por exemplo, a intensificação das contratações temporárias no período pré-eleitoral, foco específico da presente pesquisa.

2.2 Contratações Temporárias e Proibições em Finais de Mandato

Marconato et al. (2021) demonstram que a elevação da folha de pagamento, seja em razão de reajustes salariais ou de contratações não planejadas, compromete diretamente o equilíbrio das contas municipais, afetando o resultado fiscal, o cumprimento dos limites legais de despesa com pessoal e, consequentemente, a gestão fiscal. No setor público, esse efeito é ainda mais relevante, pois os gastos com pessoal representam a parcela mais expressiva do orçamento público, uma vez que os governos atuam predominantemente como prestadores de serviços essenciais à população.

No contexto da Teoria dos Ciclos Políticos, observa-se que os gestores públicos tendem a adotar comportamentos oportunistas no final de seus mandatos, como o aumento de contratações temporárias com objetivos eleitorais ou de favorecimento político (Rogoff, 1990; Shi & Svensson, 2006). Essas ações, embora muitas vezes revestidas de legalidade, comprometem a sustentabilidade fiscal e a eficiência da gestão pública, especialmente nos municípios de menor capacidade técnica e orçamentária.

Para que se tivesse maior controle dos gastos com pessoal, foi criada em 2000 a Lei Complementar n. 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - que instituiu as regras para a responsabilidade da gestão fiscal (Bandeira et al., 2018): planejamento, transparência de atos de governos e equilíbrio das contas públicas (Moraes et al., 2019; Miranda et al., 2022).

A LRF, em seu art. 21, parágrafo único, veda expressamente o aumento de despesas com pessoal nos 180 dias finais do mandato. Essa proibição busca mitigar o risco de expansão de despesas de pessoal no final do mandato por razões não plenamente justificadas do ponto de vista fiscal e administrativo, reforçando disciplina, continuidade e responsabilidade na gestão fiscal (Brasil, 2000; Moraes et al., 2019; Miranda et al., 2022). No plano empírico, a literatura sugere que movimentos atípicos nesse período podem ser compatíveis com incentivos eleitorais em certos contextos, mas também podem refletir necessidades legítimas de serviço, razão pela qual a interpretação deve ser feita com cautela (Moraes

et al., 2019; Veiga & Veiga, 2007; Brollo et al., 2013).

Morais et al. (2019) identificaram que, mesmo com a LRF em vigor, existe influência dos ciclos político-orçamentários na despesa com pessoal. Santos (2020) constatou que prefeitos que buscam a reeleição gastam mais nos períodos que antecedem a eleição municipal, como estratégia para conseguir a recondução ao cargo.

Estudos empíricos confirmam que há maior incidência de contratações e aumento de gastos com pessoal em anos eleitorais, especialmente no segundo semestre, o que evidencia práticas alinhadas ao modelo teórico dos ciclos políticos orçamentários (Veiga & Veiga, 2007; Brollo et al., 2013).

2.3 Construção da Hipótese da Pesquisa

A Constituição Federal de 1988 estabelece o concurso público como forma legítima de ingresso no serviço público e admite contratações temporárias apenas em situações de excepcional interesse público (Brasil, 1988). Contudo, estudos apontam que esse mecanismo tem sido amplamente utilizado, deixando de se caracterizar como exceção e tornando-se prática recorrente na administração pública brasileira (Silva & Gurgel, 2024).

Rodrigues e Vilas Boas (2019) questionaram os motivos que justificariam o uso frequente das contratações por tempo determinado em municípios brasileiros. Entre os motivos apontados, destacam-se o favorecimento político a pessoas próximas ou eleitores, configurando-se a prática de clientelismo político. Feldman e Gouveia (2022), em pesquisa no estado do Pará, constataram que a política de contratação de professores temporários, especialmente na zona rural, exerce influência política nas disputas das eleições municipais.

Essas contratações temporárias podem adquirir função politicamente instrumental em determinados contextos, sobretudo quando há maior discricionariedade e menor capacidade de controle e transparência. Nesses casos, a literatura aponta o risco de afastamento da finalidade estritamente administrativa e de associação com práticas de favorecimento político-clientelista (Rodrigues & Vilas Boas, 2019; Feldman & Gouveia, 2022; França, 2019), o que torna plausível investigar se há padrões agregados compatíveis com incentivos eleitorais, sem que isso implique atribuição de intencionalidade direta ao gestor.

O contexto acima descrito levou a que se testasse a seguinte hipótese:

H1: O aumento de gastos com pessoal temporário em períodos pré-eleitorais aumenta a incidência de reeleição dos prefeitos.

A hipótese baseia-se na premissa de que a utilização de contratos temporários para admissão de pessoal é uma prática recorrente adotada por prefeitos como estratégia para garantir apoio eleitoral e, consequentemente, aumentar suas possibilidades de reeleição.

3 Metodologia de Pesquisa

Com o objetivo de investigar em que medida os gastos com pessoal, realizados por meio de contratos temporários, estão associados às chances de reeleição dos prefeitos brasileiros, adotou-se uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada em dados secundários e com recorte longitudinal.

A pesquisa abrangeu o período de 2013 a 2020, contemplando dois ciclos eleitorais completos, oriundos das eleições municipais de 2012 e 2016. Esse intervalo foi considerado adequado para observar as intenções de reeleição dos prefeitos e identificar variações nos gastos com contratações por tempo determinado ao longo do tempo.

A amostra incluiu todos os municípios brasileiros que reportaram, ao SICONFI, despesas com contratos temporários entre 2013 e 2020. No total, foram coletadas 43.444 observações referentes às variáveis analisadas, das quais 27.454 foram validadas para os resultados finais. A ausência de dados para a variável explicativa “contratos por tempo determinado” resultou na exclusão de 15.990 observações.

As informações utilizadas foram obtidas em bases oficiais, conforme descrito a seguir, e sistematizadas no Quadro 1:

1. Variável dependente: A Reeleição dos Prefeitos municipais foi operacionalizada como uma variável dummy, assumindo valor 1 quando o prefeito foi reeleito e 0 quando não obteve êxito no pleito subsequente (Morais et al., 2019; Dias et al., 2018; Bezerra Filho & Gondinho, 2021). A identificação dos candidatos eleitos ou reeleitos foi realizada com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2023).

2. Variável explicativa principal: O indicador central da pesquisa corresponde ao Percentual entre os Gastos com Contratações Temporárias por Tempo Determinado e os gastos totais com pessoal entre 2013 e 2020 (França, 2019). Os dados foram extraídos dos Relatórios de Despesas Orçamentárias (Anexo I-D), disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI, 2023), com foco nos valores empenhados e liquidados.

A utilização de valores empenhados e liquidados, em vez de apenas empenhados, justifica-se porque somente a liquidação, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964

(Brasil, 1964), comprova a efetiva prestação do serviço e consolida o direito do credor ao recebimento.

3. Alinhamento político-partidário: As variáveis Partido do Prefeito igual ao do Governador e Partido do Prefeito igual ao do Presidente foram extraídas do TSE (2023). Estudos indicam que o alinhamento com instâncias superiores de poder pode favorecer o acesso a recursos e, consequentemente, elevar as chances de reeleição (Bezerra Filho & Gondinho, 2021; Almeida & Saiani, 2021). O alinhamento político tende a facilitar a obtenção de transferências orçamentárias adicionais e apoio institucional, o que pode ser percebido pelo eleitorado como um sinal de capacidade administrativa e estabilidade.

4. Tamanho da população: A variável referente ao Tamanho da População de habitantes foi incluída como variável de controle, dada sua relevância para explicar dinâmicas políticas e administrativas em contextos municipais. Em países como o Brasil, com mais de 5.600 municípios distribuídos em um território de dimensões continentais, a heterogeneidade populacional pode influenciar significativamente a estrutura de governança, o comportamento do eleitorado e a probabilidade de reeleição. Estudos como o de Samuels (2004) e Pereira e Rennó (2011) indicam que prefeitos de municípios com maior população enfrentam desafios administrativos mais complexos, maior fiscalização social e menor proximidade com o eleitor, fatores que podem reduzir suas chances de recondução ao cargo. Os dados populacionais foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

5. Indicadores econômicos: O Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, obtido junto ao IBGE (2023), e os gastos com obras públicas, informados pela STN, foram incluídos como proxies de desenvolvimento econômico e investimento em infraestrutura. Bartoluzzio e Anjos (2020) destacam que esses gastos, sobretudo em anos pré-eleitorais, exercem forte apelo junto à população e podem impactar o desempenho eleitoral. No entanto, Santos (2020) identificou que o crescimento do PIB local nem sempre se traduz em maior probabilidade de reeleição, podendo até gerar efeito contrário.

6. Transferências intergovernamentais: As variáveis Recursos Transferidos pela União e pelos Estados foram coletadas da base de dados da STN. A literatura (Machado et al., 2022; Bezerra Filho & Gondinho, 2021) aponta que o alinhamento partidário entre prefeitos e esferas superiores do Executivo favorece a obtenção de recursos e o acesso a programas federais, impactando positivamente o desempenho eleitoral, especialmente quando os benefícios são visíveis à população.

7. Índice de Gini: Por fim, a variável que representa o grau de concentração de renda municipal foi incluída com base no Índice de Gini (IBGE, 2023). O índice varia de 0 (igualdade total) a 1 (máxima desigualdade), conforme Leite (2018). Almeida e Saiani (2021) sugerem que prefeitos de municípios com maiores níveis de desigualdade enfrentam maiores dificuldades para obter a reeleição.

Para testar a hipótese, estimou-se um modelo de probabilidade linear usando o método dos Mínimos

Quadro 1. Variáveis utilizadas na pesquisa e suas respectivas fontes

Variáveis	Descrição	Classificação	Fonte de Dados	Relação Esperada	Literatura
Reeleito	Variável Dummy para identificar se o prefeito obteve sucesso na reeleição ou caso contrário	Dependente	TSE	-	Morais et al. (2019); Dias et al. (2018).
Contrato	Valor percentual de Gastos com contrato por tempo determinado e gastos com pessoal total	Explicativa	Tesouro Nacional - SICONFI	Positiva	França (2019)
Part_gov	Partido do prefeito igual ao partido do governador	Controle	TSE	Positiva	Almeida e Saiani (2021)
Part_pres	Partido do prefeito igual ao partido do presidente	Controle	TSE	Positiva	Dias et al. (2018); Almeida e Saiani (2021)
Pop	Tamanho da população	Controle	IBGE	Positiva	Samuels (2004) e Pereira e Rennó (2011)
PIBpc	PIB do município dado em valores per capita	Controle	IBGE	Negativa	Santos (2020)
Obras	Gasto per capita com obras	Controle	Tesouro Nacional - SICONFI	Positiva	Bartoluzzio e Anjos (2020)
Transf_uni	Montante per capita de recursos transferidos pela união	Controle	Tesouro Nacional - SICONFI	Positiva	Machado et al. (2022),
Transf_est	Montante per capita de recursos transferidos pelos estados	Controle	Tesouro Nacional - SICONFI	Positiva	Machado et al. (2022),
GINI	Índice de Gini	Controle	IBGE	Negativa	Almeida e Saiani (2021).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadrados Ordinários (MQO) e, na sequência, estimou os resultados com regressão logística (Dias et al., 2018; Santos, 2020). A estimação foi feita com o software STATA 17 (StataCorp, 2023).

$$\text{Reeleição}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{Contrato}_{it} + \beta_2 \text{Partgov}_{it} + \beta_3 \text{Partpres}_{it} + \beta_4 \text{PIBpc}_{it} + \beta_5 \text{Obras}_{it} + \beta_6 \text{Pop}_{it} + \beta_7 \text{Transuni}_{it} + \beta_8 \text{Transst}_{it} + \beta_9 \text{GINI}_{it} + \alpha_i + \varepsilon_{it}$$

$$\text{Reeleição}_{it} = \begin{cases} 0, & \text{se } \text{Reeleição}_{it} < 0 \\ 1, & \text{se } \text{Reeleição}_{it} \geq 0 \end{cases}$$

Em que i é o indexador para os municípios brasileiros, e t é o período de tempo (2013 a 2020). Reeleição_{it} foi variável binária com valor um (1), caso o prefeito do município i tenha sido reeleito no ciclo político t ; e zero (0) caso contrário - α_i é o termo que representa as características não observadas dos municípios que não variam ao longo do tempo. ε_{it} é o termo de erro aleatório da regressão $\varepsilon_{it} \sim N(0, \Sigma)$.

Embora o termo “ciclo político” possa ser interpretado como abrangente de todo o mandato, a literatura indica

que os efeitos fiscais de natureza estratégica tendem a se intensificar no ano eleitoral. França (2019) identifica aumento significativo dos gastos com contratações temporárias nesse período, e Bartoluzzo e Anjos (2020) apontam que prefeitos intensificam ações precisamente em anos de eleição. Assim, o modelo proposto concentra-se no último ano do mandato, quando tais dispêndios apresentam maior potencial de influenciar o resultado eleitoral e a probabilidade de reeleição.

4 Resultados e Discussões

4.1 Estatística Descritiva

A Tabela 1 traz os resultados das estatísticas descritivas. Em média, 15,67% (D.P. = 36,35%) dos prefeitos da amostra foram reeleitos no período desta pesquisa. Santos (2020) apontou que, em média, 26% dos candidatos foram reconduzidos ao cargo no estado do Pará. Os resultados de Dias et al. (2018) mostram que, em média, 57% dos candidatos foram reconduzidos ao cargo de prefeito no período analisado nos municípios capixabas.

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos prefeitos reeleitos no período 2013-2020

Variáveis	Média	Desvio Padrão D.P.	Cv	Min	p25	p50	p75	max	N
Reeleito	0.156771	0.363592	2.319248	0	0	0	0	1	27454
Contrato	0.129093	0.113314	0.877771	3.35E-09	0.035581	0.105062	0.194684	0.888037	27454
Part_gov	0.18012	0.384294	2.13355	0	0	0	0	1	27454
Part_pres	0.07427	0.262214	3.530566	0	0	0	0	1	27454
PIBpc	28993.93	31452.31	1.08479	5105.144	12565.27	19522.02	34731.44	104511.4	27454
Obras	191.403	260.7548	1.362334	1.63E-06	55.41652	117.2147	230.0557	7689.959	27454
Pop	41983.77	234587.6	5.58758	781	6255	13259.5	27834	1.23e+07	27454
Trans_uni	2320.176	1493.279	0.643606	68.77152	1424.53	1899.024	2737.005	41135.43	27454
Trans_est	984.7123	984.6178	0.999904	1.171438	382.2638	697.6402	1239.778	20615.67	27454
GINI	0.502102	0.064423	0.128307	0.28	0.46	0.5	0.54	0.8	27454

Fonte: Elaborada pelos autores.

A variável explicativa da pesquisa – Gastos com Contratos Temporários por Tempo Determinado em relação ao total da despesa de pessoal do município – representou, na média, 12,90% de gastos nos períodos pré-eleitorais. O desvio padrão apresentado foi de 11%, fazendo com que o gasto real possa consumir até 23% do total das despesas com pessoal.

A taxa média de reeleição de 15,67% é substancialmente inferior aos percentuais identificados por Santos (2020) e Dias et al. (2018), sugerindo possíveis variações regionais ou contextuais importantes que merecem aprofundamento. A média de 12,90% de gastos com contratações temporárias, com desvio padrão de 11%, evidencia significativa heterogeneidade

entre os municípios, o que reforça a importância de controles adicionais no modelo econométrico. Esses dados descritivos contribuem para contextualizar o fenômeno estudado e antecipam possíveis associações a serem exploradas nas análises subsequentes.

4.2 Escolha do Modelo

O modelo foi estimado por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Para verificar a presença de multicolinearidade entre as variáveis explicativas, realizou-se o teste do Fator de Inflação da Variância (FIV), cujos resultados ficaram abaixo do valor de referência 10, indicando ausência de multicolinearidade significativa no modelo (ver Tabela 2), conforme recomendação metodológica de Hair et al. (2009).

Tabela 2. Resultado do teste fator de inflação de variância

Variáveis	VIF
logTrans_est	3,96
logObras	1,11
logPIB	3,77
Logpop	2,81
logtrans_uni	2,65
GINI	1,23
Contrato	1,07
Partpres	1,04
Partgov	1,04
FIV Médio	2,08

Fonte: Elaborada pelos autores.

O teste de heterocedasticidade de Breusch-Pagan indicou a rejeição da hipótese nula de variância constante dos

erros, sugerindo a presença de heterocedasticidade nos dados. Diante desse diagnóstico, os modelos subsequentes (LOG1 e LOG2) foram estimados com correção robusta para heterocedasticidade, de modo a garantir a validade das inferências estatísticas (Gujarati & Porter, 2011).

Os resultados das estimações do modelo Logit estão apresentados nas colunas (2) e (3) da Tabela 3. A coluna (2) exibe os coeficientes estimados do modelo Logit com a inclusão das variáveis de controle. Já na coluna (3), além das variáveis de controle, foram incorporados efeitos fixos de tempo e de unidade federativa, a fim de capturar variações não observadas associadas a fatores específicos de cada ano e de cada município.

Tabela 3. Resultado da estimação do modelo de probabilidade linear e do modelo Logit para o período de 2013 a 2020

Variável Dependente: dummy=1 se houve reeleição			
	(1)	(2)	(3)
	MQO	LOG1	LOG2
Contrato	0,0628*** (0,02)	0,4467*** (0,15)	0,3984** (0,19)
Part_gov	0,0493*** (0,01)	0,3591*** (0,04)	0,2790*** (0,04)
Part_pres	0,0235*** (0,01)	0,1732*** (0,06)	0,5405*** (0,07)
logPIB	0,0182*** (0,01)	0,0947** (0,05)	-0,0015 (0,05)
logObras	0,0230*** (0,00)	0,1923*** (0,02)	0,3213*** (0,02)
logPop	0,0427*** (0,00)	0,3051*** (0,02)	0,1508*** (0,03)
logTrans_uni	0,1347*** (0,01)	0,9338*** (0,05)	0,1930*** (0,07)
logTrans_est	-0,0099* (0,01)	-0,0548 (0,04)	0,0578 (0,05)
GINI	-0,1068*** (0,04)	-0,9777*** (0,30)	-1,3198*** (0,36)
_cons	-1,4663*** (0,08)	-12,9122*** (0,55)	-7,1343*** (0,80)
No. of Obs.	27454	27454	27454
Pseudo R2	-	0,03	0,10
FIV mean(i)	2,08	-	-
Breusch-Pagan(ii)	1443,40***	-	-
AIC(iii)	21495,9	23025,4	21383,2
BIC(iv)	21578,1	23107,6	21728,5
E.F. Tempo(v)	Não	Não	Sim
E.F. Estado(vi)	Não	Não	Sim

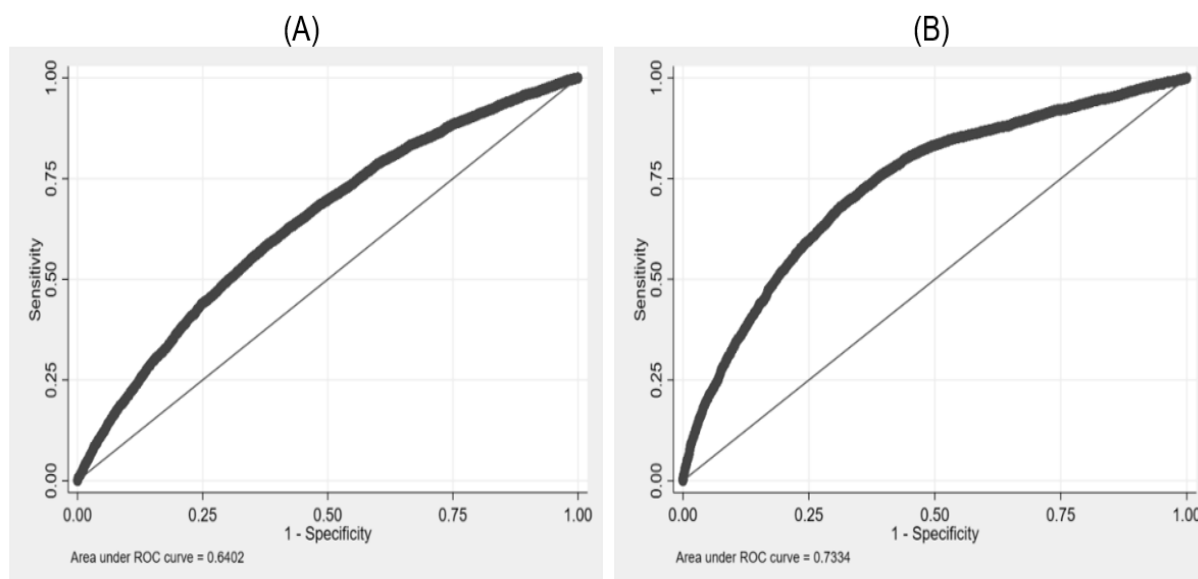
Nota: [i] FIV - Fator de Inflação de Variância; [ii] Teste de heteroscedasticidade de Breusch-Pagan; [iii] AIC - critério de seleção de modelo de Akaike; [iv] BIC - critério de seleção de modelo de Schwarz's; [v] E. F. Tempo - vetor de variáveis dummy que representam cada ano do período de 2013 a 2020, assumindo valor 1 para o respectivo ano e 0 caso contrário; [vi] E. F. Estado - vetor de variável dummy que representa o estado do i-ésimo município. Assume valor igual um (1) se município pertence a estado j e zero (0) caso contrário. j representa os estados brasileiros; [viii] * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Para a escolha do modelo mais apropriado à análise dos resultados, foram utilizados os critérios de informação de Akaike (AIC) e de Schwarz (BIC), os quais indicam melhor ajuste quanto menores forem seus valores. O modelo LOG2 apresentou os menores valores de AIC e BIC, sendo, portanto, o mais adequado entre os estimados. Esse resultado é reforçado pelo valor do Pseudo-R², que também

foi superior no modelo LOG2, critério adicionalmente utilizado na literatura para avaliar o desempenho de modelos Logit (Wooldridge, 2010). A Figura 1 apresenta a capacidade preditiva do modelo econométrico por meio da curva Receiver Operating Characteristic (ROC), a qual ilustra sua habilidade de discriminar corretamente as categorias da variável dependente.

Figura 1. Curva ROC dos modelos LOG1 e LOG 2



Fonte: Elaborada pelos autores

De acordo com Hosmer e Lemeshow (1989), a área sob a curva ROC deve ser superior a 0,5 para que o modelo apresente capacidade discriminatória entre as categorias da variável dependente. Resultados inferiores ou iguais a esse valor indicam ausência de poder preditivo. No presente estudo, observou-se que tanto o modelo LOG1, painel (A), quanto o modelo LOG2, painel (B), apresentaram desempenho satisfatório, com áreas sob a curva de 0,64 e 0,73, respectivamente. Esses resultados indicam que ambos os modelos são capazes de discriminar de forma aceitável as categorias da variável dependente, sendo o LOG2, com efeitos fixos, o mais adequado, por apresentar maior eficiência preditiva e melhor desempenho global.

4.3 Análise e Discussão dos Resultados

A análise dos resultados apresentados na Coluna (3) da Tabela 3 revela que, nos municípios com maior percentual de contratos por tempo determinado apresentam maior probabilidade estimada de reeleição do prefeito. O coeficiente da variável Contrato foi positivo e estatisticamente significativo ao nível de 5%. Assim, não se rejeita a hipótese H1 desta pesquisa,

entendida como a expectativa de que maiores gastos com pessoal temporário, em contexto pré-eleitoral, estejam associados a maior chance de reeleição.

Esse resultado é compatível com a literatura sobre ciclos políticos oportunistas (Nordhaus, 1975), ao sugerir que, especialmente em anos eleitorais, a ampliação desse tipo de gasto pode estar relacionada a incentivos políticos enfrentados pelos incumbentes. Entretanto, é importante ressaltar que os achados são obtidos a partir de padrões estatísticos agregados e não permitem inferir intencionalidade individual dos gestores. Nesse sentido, discussões sobre possíveis mecanismos devem ser interpretadas como hipóteses plausíveis, ancoradas na literatura. Por exemplo, estudos como Rodrigues e Vilas Boas (2019) discutem que contratações temporárias podem, em determinados contextos, se relacionar a práticas de favorecimento político e patronagem, o que poderia ajudar a interpretar a associação observada.

Os resultados encontrados estão em consonância com Feldman e Gouveia (2022), que observaram

comportamento semelhante no estado do Pará, onde a contratação de professores temporários representa uma associação com desempenho eleitoral. De forma análoga, Morais et al. (2019) demonstraram que, mesmo diante das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, gestores continuam se utilizando desses gastos como forma de potencialmente relacionados a incentivos eleitorais. França (2019), por sua vez, também encontrou significância estatística no aumento das contratações temporárias em contextos de candidaturas à reeleição, reforçando a tese da instrumentalização desses vínculos como parte dos ciclos políticos locais.

Adicionalmente, observa-se que essa prática tende a ser explorada em razão de sua facilidade de gestão dentro dos limites legais dos gastos com pessoal e pelo retorno político-eleitoral que proporciona. Prefeitos, ao evitarem a realização de concursos públicos e recorrerem sistematicamente a contratos temporários, criam dependência e expectativas de continuidade junto aos contratados, o que pode influenciar diretamente o comportamento eleitoral desses indivíduos e seus núcleos familiares. Além disso, o vínculo precário desses trabalhadores pode inibir críticas ou reivindicações, intensificando o uso oportunista desse tipo de contratação.

Entre as variáveis de controle, destacam-se *Part_gov* e *Part_pres*, que apresentaram coeficientes estatisticamente significativos. Os resultados indicam que prefeitos alinhados politicamente com o governador ou o presidente da República têm maiores chances de reeleição. Essa constatação está em linha com os achados de Almeida e Saiani (2021), que apontam que o alinhamento político-partidário amplia as chances de permanência no cargo, em virtude do acesso facilitado a recursos orçamentários e da possibilidade de troca de apoios eleitorais. Machado (2022) observou que esse alinhamento produziu efeitos socioeconômicos positivos em municípios do Rio Grande do Sul.

Outro resultado de destaque refere-se à variável *Obras*,

que apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo. Isso indica que prefeitos que realizam maiores investimentos em infraestrutura têm maior probabilidade de serem reeleitos. Tal achado corrobora os resultados de Machado et al. (2022), que evidenciaram que o aumento nos investimentos em obras públicas, sobretudo em anos eleitorais, tende a ser premiado pelo eleitorado.

Quanto às transferências intergovernamentais, a variável *Transf_uni* apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo, sugerindo que o aumento do volume de recursos transferidos pela União está associado a uma maior chance de reeleição dos prefeitos, o que está de acordo com os achados de Machado (2022). Por outro lado, a variável *Transf_est*, referente às transferências dos estados, não apresentou significância estatística relevante, indicando menor influência sobre o desfecho eleitoral.

Por fim, o índice de Gini apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo ao nível de 1%, demonstrando que prefeitos de municípios com maior desigualdade de renda enfrentam menores chances de reeleição. Esse resultado está alinhado com Almeida e Saiani (2021), que apontam que altos níveis de desigualdade reduzem a sensação de bem-estar social, comprometendo a avaliação positiva da gestão e, consequentemente, a competitividade eleitoral do incumbente.

4.4 Análise dos Efeitos Marginais

A Tabela 4 apresenta os resultados do modelo LOG2, estimado por regressão logística, com o objetivo de identificar os fatores que estão associados à probabilidade de reeleição dos prefeitos brasileiros. Para tornar os resultados mais intuitivos e alinhados às boas práticas metodológicas, foram calculados os efeitos marginais médios (Average Marginal Effects - AMEs) na Tabela 5, os quais expressam a variação média na probabilidade de reeleição associada a uma mudança marginal em cada variável explicativa, mantendo as demais constantes.

Tabela 4. Resultado da razão de chance do modelo Log2

Reeleit	Odds Ratio	D. Padrão	z	P> z	[95% Conf.	Interval]
Contrato	1,489507	0,280107	2,12	0,034	1,030318	2,153345
Partgov	1,321797	0,058325	6,32	0	1,212286	1,441202
Partpres	1,716872	0,113821	8,15	0	1,507673	1,955098
logPibpc	0,998525	0,050725	-0,03	0,977	0,903895	1,103062
logObras	1,378936	0,027492	16,12	0	1,326092	1,433887
logPop	1,162768	0,035401	4,95	0	1,095413	1,234265
logTrans_uni	1,212847	0,083592	2,8	0,005	1,059594	1,388266
logTrans_est	1,059511	0,052255	1,17	0,241	0,961886	1,167043
GINI	0,267182	0,096149	-3,67	0	0,131975	0,540908

Fonte: Elaborada pelos autores. .

Tabela 5. Resultado da razão de chance do modelo Efeitos Marginais Médios (AMEs)

Reeleit	Odds Ratio
Contrato	1,489507
Partgov	1,321797
Partpres	1,716872
logPibpc	0,998525
logObras	1,378936
logPop	1,162768
logTrans_uni	1,212847
logTrans_est	1,059511
GINI	0,267182

Fonte: Elaborada pelos autores. .

Os resultados indicam que um aumento de 1 ponto percentual na proporção de contratos por tempo determinado no município está associado, em média, a um aumento de 0,4 pontos percentuais (p.p.) na probabilidade de reeleição do prefeito. Esse achado sugere que o uso dessa forma de contratação pode ser percebido positivamente pelo eleitorado, possivelmente por sua associação a políticas de ampliação do emprego local.

A filiação partidária do prefeito ao mesmo partido do

governador e do presidente da república também apresenta efeitos positivos. Estar filiado ao mesmo partido do governador aumenta, em média, a probabilidade de reeleição em 0,28 p.p., enquanto estar filiado ao mesmo partido do presidente da República aumenta, em média, a chance de reeleição em 0,54 p.p. Esses resultados sugerem que o apoio político em outras esferas do Executivo pode favorecer a continuidade do prefeito no cargo.

Os efeitos marginais para variáveis contínuas como investimentos em obras, PIB per capita, população, transferências da União e índice de Gini também foram estimados e podem ser consultados na tabela complementar de AMEs (Tabela 5). Dentre eles, destaca-se o efeito positivo do gasto com obras, que apresentou um dos maiores impactos sobre a chance de reeleição.

Com o objetivo de verificar a robustez dos resultados encontrados, foi estimado um modelo Logit que considera os possíveis efeitos das diferenças regionais sobre a probabilidade de reeleição dos chefes do Poder Executivo municipal. Os resultados dessa análise estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6. Resultado da razão de chance do modelo Logit com heterogeneidade regional

Reeleit	Odds Ratio	D. Padrão	z	P> z	[95% Conf.	Interval]
Contrato	1,583622	0,251054	2,9	0,004	1,160671	2,160697
Partgov	1,415386	0,058789	8,36	0,000	1,304727	1,53543
Partpres	1,203028	0,075055	2,96	0,003	1,064562	1,359504
logPibpc	1,123507	0,051886	2,52	0,012	1,026279	1,229946
logObras	1,207701	0,020234	11,26	0,000	1,168687	1,248018
logPop	1,333457	0,031547	12,16	0,000	1,273037	1,396744
logTrans_uni	2,358931	0,125674	16,11	0,000	2,125038	2,618567
logTrans_est	1,039515	0,045405	0,89	0,375	0,954227	1,132427
GINI	0,240787	0,081772	-4,19	0,000	0,123755	0,468494
Nordeste	1,405459	0,125598	3,81	0,000	1,179644	1,6745
Norte	1,293135	0,133203	2,5	0,013	1,056728	1,58243
Sudeste	1,077212	0,090995	0,88	0,379	0,912847	1,271172
Sul	1,064854	0,093534	0,72	0,474	0,896443	1,264904

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota: Região Centro-Oeste é a categoria omitida na estimação para não se incorrer em multicolinearidade exata e serve como categoria de referência para comparação com as demais regiões.

Os efeitos marginais médios (AME) associados às variáveis regionais encontram-se na Tabela 7. Os resultados indicam que, em municípios localizados na região Nordeste, a probabilidade de reeleição dos prefeitos é, em média, 4,2 pontos percentuais superior àquela observada nos municípios da região Centro-Oeste, considerada como categoria de referência. Esse efeito mostrou-se estatisticamente significativo ao nível de 1%, mesmo após o controle pelas demais variáveis explicativas.

Nos municípios da região Norte, a probabilidade

de reeleição dos prefeitos é, em média, 3,1 pontos percentuais superior à dos prefeitos do Centro-Oeste, também com os efeitos das variáveis explicativas e de controle devidamente considerados.

Por outro lado, para os municípios das regiões Sudeste e Sul não foram encontradas evidências estatisticamente significativas de que as características regionais influenciem a chance de reeleição dos prefeitos, quando comparados à categoria de referência (Centro-Oeste).

Tabela 7. Resultado dos Efeitos Marginais Médios (AMEs)

Variável	AME
Nordeste	0,042
Norte	0,031
Sudeste	0,008
Sul	0,007

Fonte: Elaborada pelos autores. .

Outro exercício econométrico realizado foi a reestimulação do modelo com base na estratificação dos dados por tamanho da população. O objetivo deste exercício é capturar os efeitos heterogêneos que o percentual de gasto em contratações de pessoal pode ter sobre a chance de reeleição dos prefeitos.

Mais especificamente, a estimação foi conduzida considerando três estratos populacionais: municípios com até 10 mil habitantes, que correspondem a aproximadamente 44% da amostra; municípios com população entre 10 mil e 50 mil habitantes, que também representam cerca de 44% da amostra; e municípios com mais de 50 mil habitantes, que perfazem aproximadamente 12% da amostra. Os resultados dessa análise estão apresentados na Tabela 8.

Constata-se que o percentual de gastos com contratos temporários apresenta efeito estatisticamente significativo sobre a chance de reeleição nos municípios com população entre 10 mil e 50 mil habitantes, bem como naqueles com mais de 50 mil habitantes. Dessa forma, a hipótese formulada por esta pesquisa não foi rejeitada para esses estratos populacionais.

Por outro lado, nos municípios com população inferior a 10 mil habitantes, não foram observados efeitos estatisticamente significativos nessa relação. Neste caso, a ausência de significância pode indicar que o gasto com contratos temporários não é o principal canal pelo qual incentivos eleitorais se manifestam (relações diretas e outros mecanismos podem pesar mais) e/ou que há pouca variação nessa despesa e maior ruído de registro, o que reduz o poder de detectar efeitos. Isso é compatível com o resultado estimado para esse estrato ($p=0,153$).

Os efeitos marginais médios (AME) encontram-se na Tabela 9. Verifica-se que, para os municípios com população entre 10 mil e 50 mil habitantes, um aumento de 1 ponto percentual nos gastos com contratos temporários eleva a probabilidade de reeleição do prefeito em aproximadamente 0,083 ponto percentual. Nos municípios com mais de 50 mil habitantes, esse mesmo incremento está associado a um aumento estimado de 0,144 ponto percentual na chance de reeleição.

Afiliação partidária comumente aos prefeitos e o governador do estado, bem como entre os prefeitos e o presidente da República, apresentou efeitos estatisticamente significativos nos três estratos populacionais analisados.

Tabela 9. Resultado dos Efeitos Marginais Médios (AMEs)

Variável	AME
Contrato (Pop ≤ 10 mil)	-0,050
Partgov (Pop ≤ 10 mil)	0,039
Partpres (Pop ≤ 10 mil)	0,028
Contrato (10 mil < Pop ≤ 50 mil)	0,083
Partgov (10 mil < Pop ≤ 50 mil)	0,043
Partpres (10 mil < Pop ≤ 50 mil)	0,017
Contrato (Pop > 50 mil)	0,144
Partgov (Pop > 50 mil)	0,053
Partpres (Pop > 50 mil)	0,032

Fonte: Elaborada pelos autores. .

5 Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar em que medida os gastos com pessoal, realizados por meio de contratos temporários, estão associados às chances de reeleição dos prefeitos brasileiros. Os resultados demonstraram significância estatística, indicando que, em municípios com maiores percentuais de contratações por tempo determinado, os prefeitos apresentam maior probabilidade de reeleição. Em conjunto, esses achados são compatíveis com a literatura sobre ciclos políticos oportunistas (Feldman & Gouveia, 2022; França, 2019), ao sugerirem que a maior utilização de vínculos temporários - por seu caráter mais flexível e potencialmente

Tabela 8. Resultado da razão de chance do modelo Logit para estratos populacionais

Reeleit	Pop ≤ 10 mil		10 mil < Pop ≤ 50 mil		Pop > 50 mil	
	Odds Ratio	P > z	Odds Ratio	P > z	Odds Ratio	P > z
Contrato	0,684601	0,153	1,988999	0,002	2,965072	0,014
Partgov	1,346829	0,000	1,434359	0,000	1,498192	0,000
Partpres	1,243766	0,027	1,15812	0,120	1,275863	0,101
logPibpc	1,20453	0,006	1,002316	0,973	1,1297	0,473
logObras	1,218105	0,000	1,180716	0,000	1,212281	0,000
logPop	3,091949	0,000	1,290901	0,000	1,270926	0,000
logTrans_uni	4,983553	0,000	3,429857	0,000	1,456297	0,002
logTrans_est	0,847838	0,011	1,003394	0,956	1,17116	0,268
GINI	0,616308	0,301	0,146283	0,000	0,372252	0,252
Observações	10803		12939		3712	

Fonte: Elaborada pelos autores.

discrecionário - pode se associar a melhor desempenho eleitoral em anos de disputa, ainda que não permita inferir, por si só, intencionalidade individual dos gestores.

A pesquisa ganha especial relevância por considerar as restrições legais impostas pela legislação eleitoral aos dois últimos quadrimestres do ano do pleito, período em que tais contratações são vedadas, salvo nos casos em que haja comprovada essencialidade e urgência do serviço público. Tal contexto normativo reforça a importância de investigar se a prática recorrente de contratações temporárias, muitas vezes realizadas fora desse período vedado, estaria sendo utilizada como padrões compatíveis com incentivos eleitorais sobre uma potencial assimetria competitiva, configurando e comprometendo a isonomia do processo eleitoral.

Os achados também sugerem que a contratação por tempo determinado, embora prevista constitucionalmente como exceção, tem sido utilizada como substituto de concursos públicos, o que pode estar associada a incentivos eleitorais. Essa prática pode gerar desequilíbrios democráticos, ao beneficiar candidatos incumbentes em detrimento de uma competição justa e equitativa.

Entretanto, é importante reconhecer algumas limitações para a interpretação dos achados. Primeiro, a análise não separa prefeitos em primeiro mandato, que podem ter incentivos distintos. Segundo, a variável de contratos temporários é agregada e não permite desagregação funcional (ex.: saúde), de modo que não é possível distinguir contratações motivadas por necessidades públicas - potencialmente mais intensas na COVID-19 - de contratações possivelmente mais discricionárias. Assim, os resultados devem ser lidos como padrões agregados, com cautela quanto aos mecanismos.

Dessa forma, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre o uso estratégico dos instrumentos de gestão de pessoal no contexto eleitoral e oferece subsídios para a atuação de órgãos de controle interno e externo (Poder Legislativo e Tribunais de Contas), do Poder Judiciário, do Ministério Público e do controle social através da sociedade civil. Reforça-se, assim, a importância da fiscalização rigorosa e da valorização do concurso público como mecanismo legítimo de acesso ao serviço público.

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o escopo das variáveis explicativas, realizar análises regionais comparativas e investigar setores específicos, como a saúde, com vistas a avaliar se a pandemia de COVID-19 foi utilizada como justificativa para intensificação das contratações temporárias e quais os efeitos dessas decisões sobre os resultados eleitorais e a gestão pública.

Referências

- Alesina, A., Roubini, N., & Cohen, G. D. (1992). *Political cycles and the macroeconomy*. MIT Press. <https://mitpress.mit.edu/9780262510943/political-cycles-and-the-macroeconomy/>
- Almeida, W. S., & Saiani, C. C. S. (2021). Eficiência na prestação de serviços públicos e ciclos político-econômicos: Evidências para a educação e saúde nas unidades federativas brasileiras. *Anais do Encontro Nacional de Economia*, online, Brasil, 49. https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_l/i5-1247536b4ed394ebd4fd94d0d7a42884.pdf
- Bandeira, M. L., Britto, P. A. P. de, & Serrano, A. L. M. (2018). Gestão fiscal dos estados brasileiros: análise dos gastos com pessoal entre 2008 e 2016. *Negócios em Projeção*, 9(2), 123-144. <https://revista.projecao.br/index.php/Projecao1/article/view/1190>
- Bartoluzzio, G. S., & Anjos, F. A. (2020). Ciclo político orçamentário e eleições municipais: Uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, 74(1), 65-86.
- Bezerra Filho, J. E., & Gondinho, S. B. (2021). Reeleição de prefeitos e gestão da alimentação escolar: uma avaliação de municípios brasileiros. *Revista Economia & Gestão*, 21(59), 185-202. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2021v21n59p185-202>
- Brasil. (1964). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2000). Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Casa Civil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brender, A., & Drazen, A. (2005). Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, 52(7), 1271-1295. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304393205000887>
- Brollo, F., Nannicini, T., Perotti, R., & Tabellini, G. (2013). The political resource curse. *American Economic Review*, 103(5), 1759-1796. <https://doi.org/10.1257/aer.103.5.1759>

- Cahan, D. (2019). Electoral cycles in government employment: Evidence from US gubernatorial elections. *European Economic Review*, 111, 122-138. <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2018.09.007>
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). do Espírito O investimento influencia o público na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880-898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. Harper and Row. <https://doi.org/10.1086/257897>
- Drazen, A., & Eslava, M. (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92(1), 39-52. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304387809000054>
- Feldman, A., & Gouveia, A. B. (2022). Os professores temporários nas redes municipais do estado do Pará (2011-2020). *SciELO Preprints*, 1-23. <https://doi.org/10.1590/0102-469838517>
- França, J. W. G. M. (2019). *Reeleição municipal e gastos com pessoal* [Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), FGV.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica-5*. Amgh Editora.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6ª ed.). Bookman.
- Hosmer, D. W., Jr., & Lemeshow, S. (1989). *Applied logistic regression*. Wiley.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). Estimativas de população. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>
- Leite, A. Z. (2018). Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. *Revista NERA*, (43), 10-28. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i43.5559>
- Lima, C. A. M. C., Boente, D. R., Stefanelli, N. O., Peci, A., & Lotta, G. S. (2024). Determinantes do cumprimento das despesas com pessoal e do resultado primário nos estados brasileiros: uma análise de 2017 a 2022. *Revista de Administração Pública*, 58(3), e20230321. <https://doi.org/10.1590/0034-761220230321x>
- Lewis, B. D., Nguyen, H. T., & Hendrawan, A. (2020). Political accountability and public service delivery in decentralized Indonesia: Incumbency advantage and the performance of second term mayors. *European Journal of Political Economy*, 64, 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2020.101910>
- Machado, D. P., Wyse, M. N. O., Barbosa, M. A. G., & Cruz, A. P. C. da. (2022). Evidências de ciclos políticos oportunistas e partidários nos gastos sociais e seus efeitos no desenvolvimento socioeconômico local. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 12(3), 34-57. <https://doi.org/10.5102/rbpb.v12i3.8358>
- Maličká, L., & Mourao, P. R. (2023). Political budget cycles at the municipal level in Slovakia: between structural dependence and electoral exhibitionism. *Local Government Studies*, 49(5), 1045-1073. <https://doi.org/10.1080/03003930.2022.2117165>
- Marconato, M., Parré, J. L., & Coelho, M. H. (2021). Dinâmica financeira dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 55, 378-394. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200041>
- Miranda, M., Ferreira, M., Abrantes, L., & Macedo, S. (2022). Effects of Tax Exemption on Economic Growth. *Brazilian Business Review*, 19(2), 1-18. <https://doi.org/10.15728/bbr.2021.19.2.4>
- Morais, L. M. F., Queiroz, D. B. de, & Sousa, R. G. de. (2019). Ciclo político no índice de gasto com pessoal: uma análise no contexto brasileiro. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14(1), 76-90. https://doi.org/10.21446/scg_ufri.v0i0.16861
- Nordhaus, W. (1975). The political business cycle. *Review of Economics Studies*, (42), 169-90. <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2021.103665>
- Pereira, C., & Rennó, L. (2011). Não é apenas "como se gasta", mas "onde se gas-ta": geografia eleitoral e alocação de emendas orçamentárias no Brasil. In M. R. Kin-zo & L. de M. L. L. Desposato (Eds.), *Eleições, representação e interesses regionais* (pp. 53-76). EdUSP.
- Puchale, C. L. (2019). *Ciclos políticos econômicos nos estados brasileiros: uma análise do gasto público através de dados em painel espacial de 2003 a 2014*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/17409>
- Rodrigues, C. L., & Vilas Boas, E., Filho. (2019). O contrato de urgência sob o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e seus efeitos para a gestão de pessoas no funcionalismo público. *IDonline Revista de Psicologia*, 13(45),

- 734-749. <https://doi.org/10.14295/online.v13i45.1779>
- Rodrigues, A. C., & Rodrigues, S. B. (2019). Riqueza mineral, instituições fracas e clientelismo: a maldição dos naturais nos governos locais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, 1-21. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.153089>
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *American Economic Review*, 80(1), 21-36. <https://www.jstor.org/stable/2006731>
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16. <https://academic.oup.com/restud/article-abstract/55/1/1/1570610?login=false>
- Samuels, D. J. (2004). From socialism to social democracy: Party organization and the transformation of the Workers' Party in Brazil. *Comparative Political Studies*, 37(9), 999-1024. <https://doi.org/10.1177/0010414004268856>
- Santos, R. L. dos (2020). A influência do aumento do gasto com pessoal na reeleição municipal. Dissertação de mestrado, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, Vitória-ES, Brasil. <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica/>
- Santos, P. H. P. dos, Wakim, V. R., & Fernandes, C. I. P. (2021). Ciclos políticos eleitorais: há influência das eleições municipais sobre a execução orçamentária dos municípios mineiros?. *Contabilidade Gestão e Governança*, 24(2), 239-255.
- Shi, M., & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: Do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90(8-9), 1367-1389. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2005.09.009>
- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). (2023). Relatório de despesas orçamentárias. <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/siconfi>
- Sidorkin, O., & Vorobyev, D. (2018). Political cycles and corruption in Russian regions. *European Journal of Political Economy*, 52, 55-74. <https://doi.org/10.1016/j.ejpolco.2017.05.001>
- Silva, E. B. da, & Gurgel, C. R. M. (2024). Sem vínculo permanente: condições de trabalho dos contratados na administração pública dos estados brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 29. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v29.89159>
- StataCorp. (2023). Stata Statistical Software: Release 17 [Software]. StataCorp LLC. <https://www.stata.com>
- Tribunal Superior Eleitoral - TSE. (2023). Portal de Dados Abertos do TSE [Base de dados]. <https://dadosabertos.tse.jus.br/>
- Veiga, L. G., & Veiga, F. J. (2007). Political business cycles at the municipal level. *Public Choice*, 131(1-2), 45-64. <https://doi.org/10.1007/s11127-006-9106-2>
- Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric analysis of cross section and panel data* (2nd ed.). MIT Press.